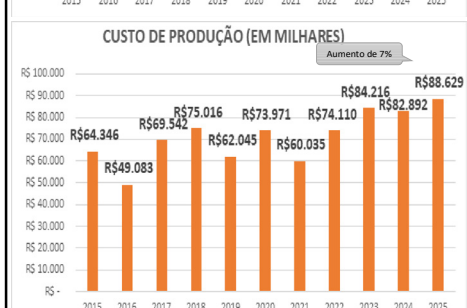
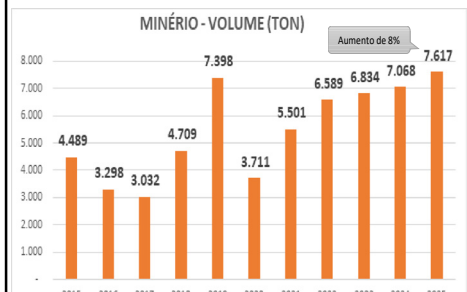


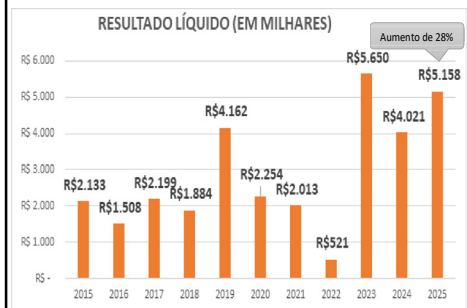
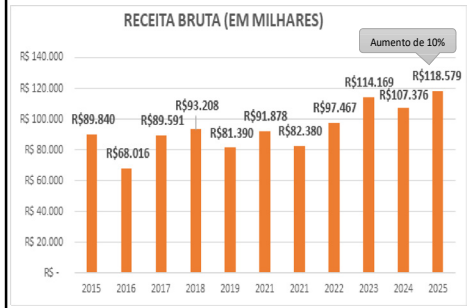


COMPANHIA MINERADORA DO PIROCLORO DE ARAXÁ - COMIPA
CNPJ: 17.806.779/0001-30
RELATORIO DA ADMINISTRAÇÃO

DESEMPENHO OPERACIONAL
No exercício de 2025, a COMIPA - Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá apresentou crescimento de 8% no volume de minério faturado em comparação ao exercício anterior.



DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO
No exercício de 2025, a COMIPA - Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá apresentou evolução consistente de seu desempenho econômico financeiro. A receita bruta registrou crescimento de 10% em relação ao exercício anterior.



CONTROLADORIA
A Controladoria da COMIPA - Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá compreende de forma integrada os processos de Contabilidade, Fiscal, Financeiro, Departamento Pessoal e Gestão Orçamentária.

PROGRAMA NOSSO BUDGET 2026
O programa de gestão orçamentária Nosso Budget tem como objetivo a construção de cenários econômico-financeiros, a elaboração de projeções de resultados, a análise de investimentos e o controle efetivo dos gastos.

Alinhado à estratégia e aos princípios da COMIPA - Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá, o Nosso Budget contribui para a manutenção da estabilidade econômico-financeira da Companhia.

RECURSOS HUMANOS
A área de Recursos Humanos da COMIPA - Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá tem como missão contribuir para a eficiência organizacional por meio da atração, do desenvolvimento e da valorização de pessoas capacitadas.

ESG E MUDANÇAS CLIMÁTICAS
A COMIPA - Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá mantém compromisso permanente com a mitigação dos impactos ambientais decorrentes de suas atividades e com o enfrentamento dos efeitos das mudanças climáticas.

CONTROLES INTERNOS
A Controladoria da COMIPA - Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá compreende de forma integrada os processos de Contabilidade, Fiscal, Financeiro, Departamento Pessoal e Gestão Orçamentária.



O inventário é público e pode ser consultado a qualquer momento link: https://registropublicodeemissoes.fgv.br/participantes

O consumo de óleo diesel é devidamente declarado aos órgãos competentes, tanto no Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras (RAPP/IBAMA) quanto no Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR/MMA).

Resumo das emissões totais:

Controle Operacional

2.1 Resumo das emissões totais

Table with columns: GEE, Escopo 1, Escopo 2 - Abordagem baseada na localização, Escopo 3, and total values for CO2, CH4, N2O, HFC, PFC, SF6, NF3.

2.2 Emissões de Escopo 1 desagregadas por categoria

Table with columns: Categoria, Emissões (tCO2e), Emissões de CO2 biogênico (t), and Remoções de CO2 biogênico (t).

2.3 Emissões de Escopo 2 desagregadas por categoria

Table with columns: Categoria, Emissões (tCO2e), Emissões de CO2 biogênico (t), and Remoções de CO2 biogênico (t).

2.4 Emissões de Escopo 3 desagregadas por categoria

Table with columns: Categoria, Emissões (tCO2e), Emissões de CO2 biogênico (t), and Remoções de CO2 biogênico (t).

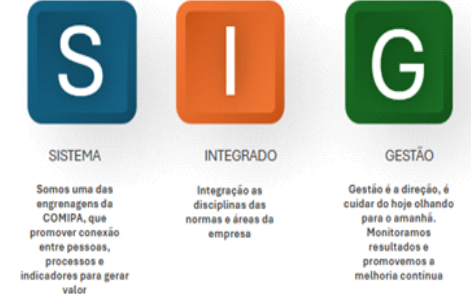
COMPLIANCE
A área de Compliance da COMIPA desempenha papel essencial na promoção e no fortalecimento de uma cultura organizacional pautada pela ética, integridade e conformidade com as normas legais e regulatórias aplicáveis.

acreditação junto aos principais órgãos certificadores do mercado global, a empresa assegura rigor técnico e credibilidade em todas as etapas do processo.

Substituição do diesel S500 pelo diesel S10 (baixo teor de enxofre), com estudos em andamento para a adoção de alternativas como HVO, GNV e equipamentos elétricos.



SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO



O Sistema Integrado de Gestão (SIG) constitui a estrutura metodológica que apoia o desenvolvimento e a sustentação da companhia na gestão das estratégias corporativas.

Gestão Integrada de Auditorias e Inspeções: Conduz auditorias internas, supervisão e planeja auditorias externas e inspeções regulares, visando verificar a conformidade com normas.

Menção Honrosa
O ABS Quality Evaluations parabeniza a COMIPA pelos dez anos de implementação e manutenção de seu Programa de Gestão, pelo elevado nível de dedicação e comprometimento.



PRINCÍPIOS INEGOCIÁVEIS DA COMIPA

PRINCÍPIOS INEGOCIÁVEIS
1 Segurança e Saúde no Trabalho; 2 Ética e Integridade; 3 Responsabilidade Socioambiental; 4 Sustentabilidade do Negócio; 5 Valorização das Pessoas; 6 Inovação; 7 Foco em Resultados.



COMPANHIA MINERADORA DO PIROCLORO DE ARAXÁ - COMIPA
CNPJ: 17.806.779/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO (Continuação...)



POLÍTICAS DO SIG
A COMIPA (Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá), constituída para viabilizar a sociedade entre CBMM e CODEMIG, é responsável pela extração do Piro-cloro. As atividades da COMIPA estão em harmonia com os princípios de desenvolvimento sustentável. As diretrizes básicas do seu Sistema Integrado de Gestão são fundamentais na proteção e respeito ao meio ambiente e trabalhadores, bem como: Geração de valor para os acionistas, clientes, órgãos governamentais, fornecedores e comunidade.

Garantir a participação e consulta dos trabalhadores, contratados e seus representantes nos assuntos relacionados à segurança no trabalho.
Todos os funcionários são responsáveis pelo bom desempenho do Sistema Integrado de Gestão e por manter a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações relativas aos processos e serviços a que tiverem acesso.

Portal de Comunicação

A COMIPA possui um canal, restrito ao Comitê de Ética/Diretoria que possibilita a qualquer um descrever, anonimamente, com garantia de sigilo, a ocorrência de não conformidades em relação a efetiva aplicação dos compromissos e diretrizes estabelecidos na Política do SIG.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Sistema Integrado de Gestão da COMIPA tem como propósito promover continuamente a eficiência dos processos, a gestão de riscos e a identificação de oportunidades, por meio de métodos de administração que sustentam o alcance dos objetivos estratégicos e agregam valor à organização.

O processo de planejamento fundamenta-se na Visão da Companhia, estando sistematicamente alinhado aos requisitos definidos pelas partes interessadas no negócio, incluindo acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores, comunidade e órgãos governamentais. A seguir, apresenta-se a ilustração do Mapa Estratégico da COMIPA.

- Principais prioridades estratégicas:
Segurança considerada um valor fundamental;
Foco no cliente (Customer Centric);
Disseminação de mentalidade ágil;
Monitoramento contínuo dos objetivos estratégicos;
Desdobramento da estratégia em planos táticos e operacionais.

Essas diretrizes são consolidadas no "Mapa Estratégico" como podem observar na imagem abaixo:



Balancos patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 - Em milhares de reais. Table with columns for Ativo Circulantes, Não circulantes, Total dos ativos, Passivo e patrimônio líquido, etc.

Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 - Em milhares de reais. Table with columns for Receita líquida, Lucro bruto, Lucro operacional antes do resultado financeiro, etc.

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 - Em milhares de reais. Table with columns for Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimento, Fluxo de caixa das atividades de financiamento, etc.

Demonstração dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 - Em milhares de reais. Table with columns for Lucro líquido do exercício, Resultado abrangente do exercício, etc.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 - Em milhares de reais. Table with columns for Capital social, Reserva legal, Lucros acumulados, etc.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional
A Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá - COMIPA ("Companhia" ou "COMIPA"), constituída em 28 de setembro de 1972, é uma sociedade anônima de capital fechado, estabelecida e domiciliada na Avenida Tancredo Neves, nº 30, Bloco A, Vila Silveira, Araxá/MG. Tem por atividade predominantemente a lavra do Pirocloro e outros minerais nas concessões de minas arrendadas e venda do minério extraído. A COMIPA é uma "joint venture" constituída pela Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração - CBMM e pela Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG, que possuem 49% e 51% de participação de seu capital social, respectivamente. A atividade operacional da COMIPA é desenvolvida, exclusivamente, com a CBMM, conforme detalhes divulgados na Nota 21.

1.2. Reforma tributária sobre o consumo
Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamenta parte da Reforma, a ser sancionado pelo presidente da República. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC nº 214/2025. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. A Administração entende que os potenciais impactos da reforma poderão incluir a redefinição da dinâmica de geração e realização de créditos de impostos atualmente acumulados e objeto do plano de recuperação, porém, à data de aprovação destas demonstrações e até a finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes

NIP - NÚCLEO DE INOVAÇÃO E PRODUTIVIDADE
O NIP (Núcleo de Inovação e Produtividade) é uma área voltada à promoção de melhorias contínuas e inovação aplicada nos processos organizacionais, visando o aumento da produtividade, a simplificação de fluxos de trabalho e a entrega de resultados consistentes. Por meio do uso de inteligência artificial e tecnologias emergentes, o NIP busca aprimorar a agilidade, eficiência e alinhamento dos processos aos desafios estratégicos da companhia, assegurando sempre os princípios de segurança, integridade e aderência ao sistema de gestão.



Ambiente colaborativo - Fomentar sinergia entre as áreas para acelerar ideias e projetos.
Case de sucesso unindo segurança como valor, inovação e produtividade.
Projeto ROS via Rádio e Inteligência Artificial
O projeto implementou uma solução inovadora e eficiente para o registro de relatórios de segurança no ambiente de trabalho. Por meio do uso do rádio, os colaboradores podem comunicar situações de risco, cujas mensagens são processadas por um sistema com inteligência artificial capaz de converter o áudio em texto, corrigir eventuais erros e classificar se trata-se de um relato de segurança. Todo esse processo ocorre de maneira automática, com o registro sendo integrado diretamente ao sistema da empresa, eliminando a necessidade de digitação ou preenchimento manual. A iniciativa tornou o procedimento mais simples, ágil e seguro para todos os envolvidos.

por lei complementar, não é possível estimar com segurança seus efeitos. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

1.3. Novas normas e interpretações ainda não efetivas
As seguintes alterações de normas foram emitidas, mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). Alterações ao CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros; Alterações ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 40 - Instrumentos Financeiros; Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis às empresas em geral e não apenas às instituições financeiras. As alterações: • esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros; com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; • esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente; • adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e • atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o CPC 26 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparentes aos usuários. Embora o CPC 51 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados: Embora a adoção do CPC 51 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado. Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, o Grupo desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial. O Grupo não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentadas por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do CPC 51, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores representados pela aplicação do CPC 51 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do CPC 26. No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o CPC 51.

evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Dentre as provisões para contingências foi reconhecida provisão ambiental que foi estimada com base nas premissas internas da Companhia, também descritas na Nota 8; • Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 19): a Companhia entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios e nos orçamentos aprovados pela Administração; e • Benefício pós emprego (Nota 14): a Companhia reconhece o passivo atuarial relativo aos benefícios pós-emprego concedidos aos seus empregados, o qual é mensurado com base em premissas atuariais e financeiras que refletem as melhores estimativas da Administração na data do balanço. Tais premissas incluem, entre outras, taxas de rotatividade de pessoal, elegibilidade e idade esperada de aposentadoria, composição familiar, tábuas de mortalidade, hipóteses de crescimento dos custos médicos, aging factor, bem como variáveis financeiras, tais como projeções de aumentos salariais e de custos médicos futuros. A mensuração do valor presente da obrigação de benefício definido, assim como do custo do serviço corrente, é realizada por meio do método do Crédito Unitário Projetado, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados. A obrigação apurada é descontada a valor presente com base em taxas de juros de mercado observáveis, compatíveis com prazos e moedas consistentes com os fluxos de caixa estimados do plano. As premissas atuariais e financeiras utilizadas são periodicamente revisadas e fundamentadas em estudos elaborados por atuários independentes. A Administração avalia a razoabilidade dessas premissas e aprova os resultados dos cálculos atuariais, reconhecendo que eventuais diferenças entre as estimativas e os resultados efetivamente realizados poderão impactar os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras de períodos futuros.

2. Base de preparação
A administração preparou e revisou estas demonstrações financeiras, autorizando sua emissão em 25 de março de 2026. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas conforme pronunciamento técnico CPC PME (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico e valor justo por meio do resultado como base de valor, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras. As políticas contábeis significativas aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados. A preparação dessas demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis, conforme divulgado na Nota 3. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Resumo das políticas contábeis materiais
A Companhia apresenta os ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando: (i) deverá ser realizado ou destinado a ser vendido ou consumido no ciclo operacional normal; (ii) realizado principalmente para fins de negociação; (iii) espera-se que seja realizado no período de doze meses após o exercício do relatório; ou (iv) caixa ou equivalente de caixa, a menos que não seja trocado ou usado para liquidar um passivo por pelo menos doze meses após o exercício do relatório. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como circulante quando: (i) emitido principalmente com a finalidade de negociação; (ii) é devido principalmente para fins comerciais; (iii) deve ser liquidado em até doze meses após o exercício do relatório; ou (iv) não há direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos doze meses após a data do balanço. A Companhia classifica todos os outros passivos como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados como ativos e passivos não circulantes, conforme divulgado na nota explicativa 19.

2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual cada uma das empresas atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional e de apresentação da Companhia, o Real.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata concedida pelo emissor ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os instrumentos que não são elegíveis para a classificação de caixa e equivalentes de caixa, devido à sua liquidez, prazo de vencimento ou mesmo ao risco de mudança de valor, são classificados como títulos e valores mobiliários.

2.2. Uso de estimativas e julgamentos
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Não houve julgamento crítico na preparação das estimativas apresentadas nas demonstrações financeiras da Companhia. A avaliação da recuperabilidade do balanço a receber da CBMM é baseado no histórico de recebimento que comprova a ausência de perdas. Não há, portanto, julgamento relevante envolvido nesta avaliação. As informações sobre incertezas de premissas e estimativas estão incluídas nas notas mencionadas abaixo: • Provisões para contingências (Nota 8): a Companhia reconhece provisão para causas ambientais, tributárias, civis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das

3.2. Títulos e valores mobiliários
Os títulos e valores mobiliários são montantes cujas premissas para classificação como Caixa e equivalentes de caixa não foram atendidas.

2.3. Instrumentos financeiros
Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir do momento em que a Companhia se torna parte das exposições contratuais do instrumento. Quando um ativo ou passivo financeiro é inicialmente reconhecido é registrado pelo seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo ou passivo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia, são classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado. Os custos amortizados são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado são aplicações financeiras; contas a receber de clientes e outros ativos. Os Títulos e valores mobiliários estão classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, os quais possuem mercado ativo, sendo possível a mensuração do seu valor justo de forma confiável e sem esforço excessivo, conforme CPC PME (R1). Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

3.3. Instrumentos financeiros
Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir do momento em que a Companhia se torna parte das exposições contratuais do instrumento. Quando um ativo ou passivo financeiro é inicialmente reconhecido é registrado pelo seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo ou passivo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia, são classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado. Os custos amortizados são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado são aplicações financeiras; contas a receber de clientes e outros ativos. Os Títulos e valores mobiliários estão classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, os quais possuem mercado ativo, sendo possível a mensuração do seu valor justo de forma confiável e sem esforço excessivo, conforme CPC PME (R1). Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

2.4. Imobilizado
O ativo imobilizado é apresentado pelo custo de aquisição, formação, construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando houver probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item puder ser mensurado com segurança. Métodos de depreciação, vidas úteis e valores residuais são revisados a cada data de relatório e ajustados, se aplicável. Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada para reduzir o custo de itens do imobilizado menos seus valores residuais estimados, usando o método linear ao longo da vida útil e é reconhecida na demonstração do resultado. A vida útil estimada dos bens está mencionada na nota explicativa nº 9. A Companhia realiza anualmente a avaliação de perda no valor recuperável para suas unidades geradoras de caixa, as quais englobam os saldos de ativo imobilizado. A amortização das barreiras de rejeitos baseia-se nos volumes depositados em relação à capacidade total dessas barreiras. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada, como segue:

3.4. Imobilizado
O ativo imobilizado é apresentado pelo custo de aquisição, formação, construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando houver probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item puder ser mensurado com segurança. Métodos de depreciação, vidas úteis e valores residuais são revisados a cada data de relatório e ajustados, se aplicável. Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada para reduzir o custo de itens do imobilizado menos seus valores residuais estimados, usando o método linear ao longo da vida útil e é reconhecida na demonstração do resultado. A vida útil estimada dos bens está mencionada na nota explicativa nº 9. A Companhia realiza anualmente a avaliação de perda no valor recuperável para suas unidades geradoras de caixa, as quais englobam os saldos de ativo imobilizado. A amortização das barreiras de rejeitos baseia-se nos volumes depositados em relação à capacidade total dessas barreiras. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada, como segue:



COMPANHIA MINERADORA DO PIROCLORO DE ARAXÁ - COMIPA
CNPJ: 17.806.779/0001-30

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma (continuação...)

3. Resumo das políticas contábeis materiais (continuação...)

3.4. Imobilizado (continuação...)
Máquinas e equipamentos - 10 anos; Computadores e periféricos - 5 anos; Móveis e utensílios - 10 anos; Instalações - 10 anos. Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são apurados comparando-se o valor da venda com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado na data de alienação na rubrica de Outras receitas (despesas), líquidas".

3.5. Provisões
Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas são atualizadas monetariamente até o final do exercício do relatório para cobrir perdas prováveis, com base na natureza do risco e na opinião dos consultores jurídicos da Companhia. Essas atualizações monetárias são registradas nas receitas (despesas financeiras) vide nota explicativa nº 18. Os ativos contingentes não são reconhecidos pela Companhia e somente são divulgados, caso haja provável recebimento de benefícios econômicos. Se for praticamente certo que os benefícios econômicos serão recebidos, o ativo e o correspondente ganho são registrados nas demonstrações financeiras do exercício correspondente à mudança na estimativa.

3.6. Receita de contrato com cliente
Conforme o CPC PME, a "Receita de contratos com clientes", trata do reconhecimento de receita e estabelece os princípios para reportar informações úteis para os usuários das demonstrações financeiras acerca da natureza, montante, tempo e incerteza da receita e de fluxos de caixa oriundos dos contratos com clientes da Companhia. A receita é reconhecida quando o cliente obtém controle dos bens ou serviços e, portanto, tem a capacidade de direcionar o uso e obter os benefícios dos bens e serviços. A norma foi efetivada em períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado de maneira confiável, for provável que os benefícios econômicos futuros fluam para as entidades e quando critérios específicos tenham sido atendidos, conforme descrito a seguir. O registro da receita ocorre quando todas as contingências relativas à venda tenham sido resolvidas. A Companhia reconhece a receita de venda de mercadorias assim que o produto é entregue para o cliente; quando o cliente tem decisão sobre o produto e, quando não há obrigação não cumprida que possa vir a afetar a aceitação do produto pelo cliente. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada nas demonstrações financeiras consolidadas líquida de tributos sobre as vendas, devoluções, abatimentos e descontos, bem como dos efeitos da aplicação do CPC 47.

3.7. Receitas financeiras e despesas financeiras
A receita financeira é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias.

3.8. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido
O imposto de renda e a contribuição social do período corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do período. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e as contribuições sociais correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes:
A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se os critérios estabelecidos pela norma contábil forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:
Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no período são reconhecidas como despesa ou receita de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos, vivos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se os critérios estabelecidos pela norma contábil forem atendidos.

3.9. Arrendamentos
Os arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia, conforme CPC PME (R1). Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

3.10. Plano de benefícios a empregados
A Companhia concede benefícios a seus empregados que incluem planos de aposentadoria, obrigações legais relacionadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ("FGTS") e programas de participação nos lucros e resultados, conforme descrito a seguir.

a) Benefícios de pensão - obrigações de aposentadoria:
As empresas do Grupo mantêm planos de benefícios de aposentadoria, estruturados na forma de planos de previdência complementar, os quais são financiados por meio de contribuições efetuadas a entidades seguradoras e/ou entidades fechadas de previdência complementar. As obrigações e os custos relacionados a esses planos são determinados com base em avaliações atuariais periódicas, elaboradas por atuários independentes, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis. As características, premissas atuariais relevantes e demais informações dos planos de aposentadoria mantidos pela Companhia estão detalhadas na Nota Explicativa nº 14.

b) Benefícios de pensão - FGTS e multa rescisória por ocasião do desligamento:
Em conformidade com a legislação trabalhista brasileira, a Companhia é obrigada a depositar mensalmente o montante correspondente a 8% da remuneração de cada empregado em contas vinculadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ("FGTS"), administrado pela Caixa Econômica Federal ("CEF"). Adicionalmente, nos casos de desligamento sem justa causa, a Companhia está sujeita ao pagamento de multa rescisória sobre o saldo do FGTS, conforme previsto em lei. Os valores relativos às contribuições mensais ao FGTS e às eventuais multas rescisórias são reconhecidos como despesa no resultado do período ao qual se referem, de acordo com o regime de competência. Esses montantes são apropriados à demonstração do resultado como parte dos gastos com pessoal, sendo classificados como "Custo dos produtos vendidos", quando relacionados a empregados diretamente vinculados às atividades operacionais e produtivas, ou como "Despesas administrativas", quando referentes a empregados alocados nas áreas administrativas e de suporte.

c) Benefícios durante a vida ativa - participação nos lucros e resultados:
A Companhia mantém programa de participação nos lucros e resultados ("PLR"), instituído com base em critérios objetivos e previamente definidos, tais como metas de produção, produtividade, desempenho operacional e outros indicadores de desempenho. O programa é formalizado por meio de acordo coletivo celebrado com o Sindicato representativo da categoria profissional e devidamente homologado pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Os valores de PLR são reconhecidos no resultado do exercício em que os serviços são prestados e as metas são alcançadas, de acordo com o regime de competência.

d) Benefícios pós-emprego:
A Companhia concede a seus empregados e ex empregados determinados benefícios que se enquadram como benefícios pós-emprego, conforme definido pelo Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados. As obrigações relacionadas a benefícios pós-emprego são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente, legal ou não formalizada, decorrente de serviços prestados pelos empregados, cuja liquidação resulte na saída provável de recursos e cujo valor possa ser estimado de for-

ma confiável. A mensuração das obrigações atuariais é realizada pelo método do Crédito Unitário Projetado, considerando premissas atuariais e econômicas consistentes com as melhores estimativas disponíveis na data-base das demonstrações financeiras. As premissas atuariais são definidas com o suporte de atuários independentes e refletem, entre outros fatores, hipóteses de rotatividade, mortalidade, crescimento salarial e taxas de desconto. Os passivos atuariais são revisados periodicamente, e os ajustes decorrentes de alterações nas premissas ou de mudanças nas estimativas são reconhecidos de acordo com os critérios estabelecidos na CPC 33 (R1). A mensuração dessas obrigações envolve julgamento significativo da Administração, especialmente quanto à definição das premissas atuariais e à avaliação da relevância dos impactos nos valores registrados.

3.11. Dividendos
A distribuição de lucros para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, de forma intercalada a cada semestre, quando aprovado pela Direção e registrado em ata, os quais serão pagos após aprovação em Assembleia Geral.

3.12. Classificação de custos operacionais e despesas administrativas
A Companhia classifica seus gastos entre custos operacionais e despesas administrativas de acordo com a natureza e a função dos recursos consumidos, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os critérios previstos nos Pronunciamentos Contábeis aplicáveis. Os custos operacionais compreendem os gastos diretamente relacionados às atividades de operação da Companhia, incluindo aqueles incorridos na execução das atividades produtivas, operacionais e de suporte direto à operação, tais como mão de obra operacional, serviços técnicos aplicados à operação, materiais, insumos, manutenção, depreciação de ativos operacionais e demais gastos diretamente atribuíveis às atividades da mina. As despesas administrativas incluem os gastos relacionados às atividades de gestão, administração e suporte corporativo, não diretamente vinculadas ao processo operacional, abrangendo, entre outros, despesas com pessoal administrativo, serviços profissionais, tecnologia da informação, consultorias, despesas gerais e outros gastos de natureza administrativa. A classificação dos gastos observa, adicionalmente, a alocação funcional dos recursos, considerando a estrutura organizacional da Companhia. Os custos e despesas com pessoal, encargos, benefícios e serviços compartilhados são apropriados ao resultado com base na natureza da atividade desempenhada, distinguindo-se entre áreas operacionais e administrativas, de forma consistente com a utilização econômica dos recursos. Esse critério de classificação é aplicado de forma consistente entre os períodos, reflete adequadamente o modelo operacional da COMIPA e é revisado periodicamente pela Administração, de modo a assegurar que a apresentação das demonstrações financeiras represente, de forma fidedigna, a natureza dos gastos incorridos.

4. Instrumentos financeiros
A Companhia participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pela operação. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado foi elaborada por meio de informações disponíveis e metodologia de avaliação apropriada. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos e não possui quaisquer operações de "swap" ou similares. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem dos valores contábeis destes, na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares. A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se:

4.1. Riscos de crédito
Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das seguintes contas:

Table with 3 columns: Nota, 2025, 2024. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Títulos e valores mobiliários, Contas a receber de clientes.

Em 31 de dezembro de 2025, as contas a receber de clientes da Companhia são 100% com a CBMM. O risco de crédito de saldos bancários é administrado pelo departamento financeiro da Companhia de acordo com a política preestabelecida pela Administração. Os recursos excedentes são investidos em aplicações financeiras de acordo com a avaliação da gerência responsável. Além do percentual de remuneração e rating atual de cada banco, leva-se em consideração o montante de capital investido na mesma por parte de cada banco ou instituição financeira.

4.2. Risco de liquidez
Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencer, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data das demonstrações financeiras. Esses valores são brutos e não-descontados.

Table with 3 columns: Nota, 2025, 2024. Rows include Fornecedores, Dividendos a pagar, Outros passivos.

4.3. Risco de mercado
Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

4.4. Risco cambial
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não estava sujeita ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente das respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia, porém ocasionalmente pode efetuar importação de materiais de consumo, tendo por base o Dólar Norte-americano (USD) e o Euro (€). Nestes casos, as taxas de câmbio são pactuadas no ato da compra.

4.5. Risco de taxa de juros
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia apresentava exposição às variações do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) em suas aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários.

4.6. Determinação do valor justo
Os ativos e passivos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas e as despesas com juros provenientes desses passivos são registradas em despesas financeiras, ambos usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo ou passivo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas). Os valores justos dos ativos e passivos são mensurados de acordo com a hierarquia de valorização abaixo:
• (Nível 1) - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
• (Nível 2) - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
• (Nível 3) - Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

4.7. Instrumentos financeiros por categoria
O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, os quais considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Table with 3 columns: Ativos financeiros, Passivos financeiros, Nota, 2025, 2024. Rows include Ativos ao custo amortizado, Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Títulos e valores mobiliários, Passivos ao custo amortizado, Fornecedores, Dividendos a pagar, Outros passivos.

Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial referentes às aplicações financeiras são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI. Títulos de valores mobiliários - O fundo de investimento utiliza estratégia de gestão ativa, principalmente nos mercados de taxas de juros e de índices de preço, por meio de exposição nos mercados à vista e/ou derivativos. Adicionalmente, o fundo pode investir até 50% do seu patrimônio líquido em títulos de crédito privado, de emissores classificados como baixo risco de crédito por agência de risco localizada no país. A mensuração a valor justo segue a hierarquia de nível 1. Contas a receber de clientes e fornecedores - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante.

5. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários
5.1. Caixa e equivalentes de caixa
A seleção da modalidade de aplicação dos recursos da Companhia é realizada dentro de um perfil conservador, em títulos e fundos de renda fixa, de baixo risco de mudança de valor e limites, sendo comprometida e de resgate imediato sem perdas para a Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras compromissadas apresentaram rendimento médio equivalente a 85% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), percentual idêntico ao observado em 31 de dezembro de 2024. As aplicações financeiras em CDB DI apresentaram rentabilidade correspondente a 8,5% do CDI. No exercício de 2025, o CDI registrou rendimento bruto acumulado de 14,32%.

Table with 3 columns: Caixa e bancos conta movimento, Aplicações financeiras, 2025, 2024.

5.2. Títulos e valores mobiliários
Títulos e valores mobiliários
Os Títulos e valores mobiliários referem-se a fundos de investimentos do Banco Itaú. Por sua vez, estas aplicações financeiras e seus respectivos rendimentos são classificados no ativo circulante. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o fundo teve rentabilidade de 13,29%, os rendimentos foram de aproximadamente 97,65% do CDI (97,89% do CDI em 31 de dezembro de 2024). A exposição da Companhia a riscos de crédito e taxas de juros para ativos e passivos financeiros é divulgada na Nota 4.

6. Contas a receber de clientes
Refere-se à recebíveis pela venda do pirocloro e podem ser assim demonstrados:

Table with 3 columns: Contas a receber de clientes - CBMM, 2025, 2024.

7. Impostos a recuperar
A sistemática da não-cumulatividade para o PIS e para a COFINS foi introduzida na legislação tributária brasileira nos anos-calendário de 2002 e 2003, respectivamente, por meio da publicação das Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003. De acordo com este regime de tributação, é permitido ao contribuinte o aproveitamento de créditos dos referidos tributos calculados sobre determinados dispêndios incorridos no decorrer de suas atividades. A Companhia compenhou integralmente os tributos da esfera federal, sendo exclusivamente PIS/COFINS sobre faturamento. Em 2025 a Companhia contratou consultoria especializada para avaliação de incentivos fiscais relacionados à Lei 11.196/05 (Lei do Bem), relativos à pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica. Sendo assim, foi considerado elegível o projeto da campanha de sondagem, gerando crédito tributários de IRPJ e CSLL, que serão compensados conforme legislação vigente, nota 19.

8. Depósitos judiciais e provisões para contingências
8.1. Depósitos judiciais
Os depósitos judiciais da Companhia são para garantir certos litígios trabalhistas, conforme demonstrado a seguir:

Table with 4 columns: Dep. judiciais - Trabalhistas, 2023, 2024, Adições, Baixas. Rows include Dep. judiciais - Trabalhistas.

(a) Depósitos judiciais:
As adições e baixas nos saldos de depósitos judiciais estão relacionadas, principalmente, à realização de novos depósitos vinculados ao andamento dos processos judiciais, bem como à liberação ou compensação de valores em decorrência de decisões judiciais favoráveis ou desfavoráveis à Companhia, acordos homologados ou encerramento dos respectivos processos. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente de acordo com os critérios estabelecidos pela legislação aplicável e refletem a movimentação dos processos aos quais estão vinculados, não representando, por si só, alteração no julgamento da Administração quanto à probabilidade de perda das respectivas contingências.

8.2. Provisões para contingências
A Companhia está envolvida em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos trabalhistas e ambientais. A Administração da Companhia acredita que, com base nos elementos existentes na data base destas demonstrações financeiras, a provisão para riscos trabalhistas e ambientais, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir.

8.2.1. Movimentação de provisões para contingências
Trabalhistas (a)
Total

Table with 4 columns: 2023, 2024, Adições, Baixas. Rows include Trabalhistas (a), Total.

(b) Processos trabalhistas
Em 31 de dezembro de 2025, o montante dos processos em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais os assessores jurídicos entendem que a Companhia possui um risco de perda possível de R\$ 7.139 para causas trabalhistas (R\$ 10.072 em 31 de dezembro de 2024). Estas ações estão em fase inicial e estão sob avaliação dos assessores jurídicos da Companhia e, com base nas análises realizadas, não há provisões adicionais a serem constituídas. As variações decorrentes de adições e baixas observadas nas provisões para contingências trabalhistas ao longo do exercício refletem, principalmente, a evolução natural dos processos judiciais em andamento. Tais variações decorrem do ingresso de novos processos classificados como de perda provável, da reavaliação do risco de perda de ações anteriormente classificadas como possível - em função do avanço processual, de alterações relevantes na jurisprudência aplicável, da revisão das estimativas dos valores envolvidos ou da prolação de decisões judiciais - bem como da baixa de provisões relacionadas a processos encerrados por decisões judiciais transitadas em julgado ou pela homologação de acordos firmados entre as partes. Essas movimentações resultam do exercício contínuo de julgamento da Administração na determinação da melhor estimativa das obrigações existentes na data-base das demonstrações financeiras.

Processo relativo à cobrança de CFEM
Em fevereiro de 2020, a Companhia recebeu Notificação Fiscal de Lançamento de Débito que tem por objeto a cobrança complementar de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM, referente ao período de janeiro/2000 a junho/2017, pelo aproveitamento econômico da substância mineral pirocloro no município de Araxá/MG. A Companhia já possui ações administrativas em andamento a respeito deste mesmo tema. A Companhia apresentou em março de 2020 a defesa administrativa em que sustenta a ausência de base legal para a cobrança. Os assessores jurídicos da CBMM, responsáveis pela ação em conjunto com a COMIPA, consideram o prognóstico de perda possível para o montante de R\$ 59.794 (R\$ 56.718 em 31 de dezembro de 2024). Eventuais desembolsos resultantes deste processo serão apropriados como custo operacional da COMIPA e serão reembolsados pela CBMM.

9. Imobilizado
Máquinas e equipamentos ...
Móveis e utensílios ...
Computadores e periféricos ...
Instalações ...
Total custo

Table with 5 columns: 01/01, Adições, Baixas, Transferências, 31/12. Rows include Máquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, Computadores e periféricos, Instalações, Total custo.

Movimentação da Depreciação
Taxa 01/01 a.a./2025 Adições Baixas Transferências 31/12/2025

Table with 5 columns: Máquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, Comp. e periféricos, Instalações, Imobilizado líquido. Rows include Máquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, Comp. e periféricos, Instalações, Imobilizado líquido.

Table with 5 columns: Taxa 01/01 a.a./2024 Adições Baixas Transferências 31/12/2024. Rows include Máquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, Comp. e periféricos, Instalações, Imobilizado líquido.

Garantias
A Companhia não possui bens que compõem o ativo imobilizado dados em garantias de dívidas.

Desmobilização e reabilitação ambiental
Em relação ao custo de desmobilização do projeto e reabilitação ambiental, a Administração e seus acionistas entendem que a obrigação principal de promover e custear o desmonte de ativos e recuperação ambiental é dos acionistas que detêm o direito minério e cujos gastos devem ocorrer em um período superior à vigência da escritura pública. Por esta razão, não há reconhecimento de provisão para descomissionamento do projeto. A Companhia, como usufrutuária dos direitos minérios, possui a responsabilidade pelas obrigações ambientais e manutenção do licenciamento durante o período de vigência da escritura.

10. Fornecedores
Fornecedores nacionais

Table with 3 columns: Fornecedores nacionais, 2025, 2024.

O saldo refere-se basicamente a fornecedores de materiais de consumo e prestadores de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

(a) Contratação de serviços especializados na área da mina, relacionados às atividades operacionais, de apoio à produção e à manutenção da infraestrutura operacional, em função do nível de atividade e das demandas específicas do período.

(b) Licenciamento de plataformas em nuvem destinadas à hospedagem e à execução de sistemas de backoffice, abrangendo soluções corporativas utilizadas nas áreas administrativa, financeira, contábil, fiscal e de recursos humanos, em linha com a estratégia de digitalização e continuidade operacional da Companhia.

(c) Fornecimento de serviços técnicos especializados e de materiais aplicados à manutenção, reforço e melhoria da infraestrutura das pilhas de estéril, conforme os requisitos operacionais, de segurança e de estabilidade definidos nos projetos técnicos.

(d) Execução de serviços de hidrossedimentação nas Barragens 1 e 2, realizados em conformidade com os padrões técnicos e ambientais aplicáveis, com o objetivo de promover a estabilização superficial, o controle de erosão e o atendimento às exigências dos órgãos reguladores.

(e) Aquisição de tubos corrugados destinados à implantação e à melhoria dos sistemas de drenagem pluvial da infraestrutura da mina, visando à adequada condução das águas superficiais e à mitigação de riscos operacionais e ambientais.

(f) Contratação de consultoria técnica especializada para a revisão e atualização do Plano de Fechamento de Mina, em atendimento aos requisitos legais, regulatórios e normativos vigentes, bem como às melhores práticas aplicáveis ao setor de mineração.

11. Salários, participações nos resultados e encargos sociais
São decorrentes de provisões das respectivas férias e encargos dos funcionários, salários, como também da provisão para participação no resultado relativa ao exercício 2025 como demonstrado a seguir:

Table with 3 columns: Provisão para Participação em Resultados, Salários e encargos, Férias e encargos, 2025, 2024.

12. Obrigações tributárias
São oriundas de provisões dos impostos a recolher e demais impostos retidos na fonte ou provenientes do faturamento, como demonstrado a seguir:

Table with 3 columns: IRPJ e CSLL a pagar, PIS e COFINS a recolher, IRRF sobre salários e participação nos lucros a recolher, ISS a recolher, Outros impostos a Recolher, 2025, 2024.

13. Dividendos a pagar
Conforme artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, é assegurado aos acionistas a distribuição total do lucro líquido apurado, após cálculo da reserva legal (Nota 15).

Table with 3 columns: Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG, Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração - CBMM, 2025, 2024.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Table with 4 columns: Cia. Brasileira de Metalurgia e Mineração - CBMM, 2024, Adições, 2025, 2025.

14. Benefício pós-emprego
A Companhia concede a seus empregados e ex empregados determinados benefícios pós-emprego, abrangendo assistência médica, odontológica, farmácia e auxílio ensino, os quais podem ser estendidos, conforme regras internas, aos respectivos dependentes.

1 - Assistência médica, odontológica e farmácia
De acordo com regras e parâmetros estabelecidos internamente, que podem ser alterados a qualquer tempo, a Companhia arca com o custo dos planos de assistência médica, odontológica e farmácia de seus empregados ativos e ex empregados aposentados, bem como de seus dependentes elegíveis ("beneficiários"), observada a lotação funcional e as condições específicas aplicáveis a cada grupo. Os ex empregados desligados por motivo de aposentadoria podem manter os referidos benefícios, mediante coparticipação, pelo prazo máximo de três anos, limitado aos cônjuges. A eventual extensão do benefício a outros dependentes está sujeita à avaliação discricionária e aprovação da Administração, conforme critérios internos vigentes.

2 - Auxílio ensino
A Companhia concede benefício de auxílio ensino aos beneficiários, de acordo com regras e parâmetros definidos internamente. No caso de ex empregados desligados por motivo de aposentadoria, o benefício poderá ser mantido aos dependentes, mediante coparticipação, pelo prazo remanescente necessário à conclusão do nível escolar no qual estejam regularmente matriculados.

3 - Continuidade dos benefícios em caso de falecimento
Em caso de falecimento de empregado ou ex empregado, a Companhia poderá manter os benefícios acima descritos aos respectivos cônjuges e dependentes, mediante coparticipação, por prazo máximo de três anos ou, no caso de auxílio ensino, pelo prazo remanescente para conclusão do nível escolar. A extensão a outros dependentes está sujeita à avaliação e aprovação da Administração.

4 - Avaliação atuarial e gestão das obrigações
A Companhia contrata atuários independentes para a elaboração de laudo atuarial anual, além da emissão de relatórios atuariais periódicos ao longo do exercício. A Administração avalia, de forma recorrente, a mensuração do passivo atuarial e os fatores que possam gerar impactos relevantes nos valores registrados, reconhecendo apenas aqueles considerados relevantes à luz das práticas contábeis aplicáveis. A posição patrimonial das obrigações relacionadas aos beneficiários pós-emprego, bem como a respectiva situação de capitalização, está baseada nos relatórios elaborados por atuários independentes e encontra-se demonstrada a seguir.

A Companhia estende os benefícios acima relacionados aos cônjuges dos funcionários e ex-funcionários, em caso de falecimento, pelo prazo máximo de três anos - ou prazo remanescente para conclusão do nível escolar no qual o beneficiário está matriculado sem custo adicional além da coparticipação. O benefício poderá ser extensivo aos demais dependentes, mediante avaliação discricionária e aprovação da Companhia.

A Companhia contrata empresa especializada para emitir o laudo atuarial anualmente, para cada fechamento de exercício, além disso, trimestralmente são emitidos relatórios atualizados.

A Administração avalia trimestralmente a mensuração do passivo atuarial e os fatores que podem gerar impactos relevantes nos valores registrados, valores não relevantes não são registrados. O método atuarial adotado para a determinação do valor presente da obrigação de benefício definido e do custo do serviço corrente, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), foi o Crédito Unitário Projetado, com atribuição de todos os parâmetros realizados pela Companhia em conexão com seus consultores atuariais independentes. O objetivo deste método é calcular o compromisso atuarial de cada beneficiário do programa, conforme ele se acumula ao longo do tempo.

A Administração entende que mantém níveis de capital suficientes para honrar as obrigações ora assumidas e que o nível de provisionamento dessas obrigações é dinâmico e suficiente, podendo ser ajustado à medida que os benefícios ora concedidos também o sejam.



COMPANHIA MINERADORA DO PIROCLORO DE ARAXÁ - COMIPA			
CNPJ: 17.806.779/0001-30			
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025			
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma (continuação...)			
14. Benefício pós emprego (continuação...)			
A situação de capitalização e os valores para as obrigações de benefícios a conceder são baseados no relatório de atuários independentes e estão demonstrados a seguir:			
Movimentação do benefício pós emprego:			
	Adi- cões	Rever- sões	Bai- xas
Benefícios pós emprego	2024	2024	2025
	4.216	1.924	- 6.140
Total	4.216	1.924	- 6.140
	Adi- cões	Rever- sões	Bai- xas
Benefícios pós emprego	2023	2023	2024
	5.876	(1.660)	- 4.216
Total	5.876	(1.660)	- 4.216
Saldo no início do exercício	4.216	5.876	
Custo do plano	393	405	
Custo financeiro	445	457	
Benefícios pagos pela Companhia	(298)	(431)	
Remensurações atuariais	1.384	(2.091)	
	6.140	4.216	
As premissas atuariais significativas utilizadas para a determinação do passivo atuarial são os seguintes:			
Taxa de desconto anual	11,27% a 11,47%	10,93% a 11,05%	
Taxa anual de inflação	3,89%	3,95%	
Taxa de inflação médica (HCCTR)	8,82%	8,82%	
Taxa de crescimento dos custos de saúde (Aging factor)	1,25% a 4,50%	1,25% a 4,50%	
Turnover	2,50%	2,50%	
As principais variações nos saldos decorrem do aumento das despesas, especialmente com assistência médica, bem como das alterações nas premissas atuariais, destacando-se a variação da taxa de desconto e ajustes nas hipóteses demográficas e financeiras.			
15. Patrimônio líquido			
15.1. Capital social			
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o capital social da Companhia é representado por 408.000.000 (quatrocentos e oito milhões) de ações totalmente subscritas e integralizadas sem valor nominal, todas normativas e assim distribuídas por categoria: • 367.200.000 ações ordinárias, • 20.808.000 ações preferenciais classe "A", • 12.648.000 ações preferenciais classe "B", • 7.344.000 ações preferenciais classe "C". As ações preferenciais, no caso de liquidação da Companhia, terão prioridade no reembolso do capital, na seguinte ordem: primeiramente as de classe A; em seguida as de classe B, verificando o integral reembolso da classe A; e, por fim, as de classe C, após o total reembolso das demais classes. As ações preferenciais de todas as classes participam dos resultados em igualdade de condições entre si e com as ações ordinárias. Nas deliberações das Assembleias Gerais, a cada ação ordinária nominativa caberá direito a um voto. Quando as ações preferenciais adquirem direito de voto, conforme descrito a seguir, a cada ação corresponderá um voto. As ações preferenciais classe A terão direito a voto, conjuntamente com as ações ordinárias, para eleger ou destituir o Diretor-Presidente. As ações preferenciais classe B terão direito a voto, conjuntamente com as ações ordinárias, para eleger ou destituir o Diretor de Operações. As ações preferenciais			
classe C terão direito a voto, conjuntamente com as ações ordinárias: a) para eleger o presidente e o secretário das Assembleias Gerais de acionistas; b) nas deliberações relativas a toda e qualquer alteração do estatuto social; c) nas deliberações sobre as matérias previstas no artigo 136 da Lei das Sociedades por Ações; d) nas deliberações sobre a dissolução, liquidação, impetração de concordata ou pedido de falência da Companhia e sobre a destinação dos lucros apurados em balanço; e) nas deliberações sobre matérias referidas nos artigos 18 e 21 do Estatuto da Companhia.			
a. Reservas Legal: A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. É constituída de acordo com a lei das Sociedades por Ações (artigo 193) e pelo Estatuto Social da Companhia, que determina que o percentual de 5% do lucro líquido do exercício seja aplicado antes de qualquer destinação. O saldo da reserva legal não pode exceder o valor correspondente a 20% do capital social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o montante da Reserva legal era de R\$ 88 correspondente ao limite de 20% do capital social da Companhia.			
16. Receita líquida			
As receitas são calculadas a partir dos valores de custos e despesas incorridos no período, somados a uma margem contratual de 5% sobre os custos operacionais e impostos (PIS/COFINS), conforme escritura pública estabelecida entre CBMM e CODEMIG e estatuto social da Companhia.			
Receita bruta	2025	2024	
	118.579	111.088	
(-) COFINS	(9.012)	(8.443)	
(-) PIS/PASEP	(1.957)	(1.833)	
Receita líquida	107.610	100.812	
17. Custos dos produtos vendidos			
A composição dos custos está assim representada:			
	2025	2024	
Custos com locação de máquinas e equipamentos (a)	(14.625)	(13.198)	
Custo com pessoal	(27.577)	(26.062)	
Custo com combustíveis e lubrificantes (b)	(13.637)	(11.877)	
Custos c/participação em lucros e resultados	(3.693)	(3.932)	
Custo com serviço de terceiros (c)	(8.155)	(5.231)	
Custos com manutenção (d)	(2.112)	(2.462)	
Custos com material de uso e consumo	(2.146)	(3.567)	
Custos com análises e sondagens (e)	(13.851)	(16.213)	
Provisão (reversão) benefícios pós emprego	(1.884)	1.693	
Outros custos	(1.649)	(2.043)	
	(88.629)	(82.892)	
(a) O aumento das despesas com locações está diretamente relacionado à maior movimentação de estéril ocorrida no exercício.			
(b) O principal impacto no custo com combustíveis decorre do aumento da produção de minério.			
(c) Serviços de supressão vegetal realizados em função da expansão da Pilha de Estéril I.			
(d) Serviços de manutenção das pilhas de estéril, incluindo roçagem mecanizada e manual.			
(e) Gastos com campanhas de análise e sondagem, envolvendo investigação geológica e geotécnica da mina para avaliação de reservas e recursos. Em 2025 foi realizado menos amostragens.			
18. Despesas administrativas e outras despesas operacionais			
	2025	2024	
Despesas com pessoal (a)	(7.173)	(6.585)	
Despesas com serviços de terceiros (b)	(1.550)	(1.784)	
Despesas com participação em lucros e resultados	(1.169)	(1.235)	
Despesas com sistemas e tecnologia	(923)	(980)	
Provisão (reversão) benefício pós emprego	(296)	423	
Provisão para contingências	(1.225)	(1.681)	
Outras despesas administrativas	(2.214)	(1.956)	
	(14.550)	(13.798)	
19. Tributos sobre o lucro			
Impostos de renda e contribuição social do exercício			
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia optou pelo regime de Lucro Real Anual com recolhimento de antecipações mensais. Os impostos sobre a renda são calculados com base no lucro tributável que em decorrência da legislação vigente difere do lucro contábil devido a ajustes re queridos, nota 7.			
	2025	2024	
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	5.679	5.296	
Alíquota nominal	34%	34%	
Imposto de renda e contribuição calculados conforme alíquota nominal	(1.931)	(1.801)	
Efeito das Adições (exclusões) permanentes:			
Exclusão Lei do Bem	(457)	(999)	
Despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social	(521)	(1.275)	
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	(1.145)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(521)	(130)	
Taxa efetiva (%)	0%	22%	
Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui impostos de renda e contribuição social diferidos ativos decorrentes unicamente das provisões para contingências reconhecidas. Na referida data, não há saldo prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social acumulados.			
Impostos de renda e contribuição social diferidos			
	Provisões	Benefícios	Provisão
	trabalhos	emprego	visão
	listas	emprego	PLR
	3.158	1.433	1.402
	5.992	5.992	5.992
Em 31 de dezembro de 2024:			
Aumento/Redução à demonstração de resultado	(1.078)	655	(97)
Em 31 de dezembro de 2025:	2.080	2.088	1.305
20. Lucro por ação			
O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, sendo que a Companhia não possui ações ordinárias com potenciais com efeitos diluidores, assim o quadro abaixo representa tanto o lucro básico quanto o diluído:			
	2025	2024	
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	5.158	4.021	
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	367.200	367.200	
Lucro básico e diluído por ação (R\$/1.000 ações)	14,05	10,95	
21. Transações com partes relacionadas			
Conforme descrito na Nota 1, a Companhia é uma "joint venture" cons-			
tituída pela CBMM e CODEMIG. Os principais saldos ativos e passivos, assim como transações que influenciaram o resultado do período, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de operações com empresas ligadas, suas controladoras em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, estão abaixo relacionadas:			
Ativo			
	2025	2024	
Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração - CBMM (Nota 6)	3.841	-	
	3.841	-	
Passivo			
	2025	2024	
Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração - CBMM	170	292	1.970
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG	-	2.630	- 2.050
Associação dos Funcionários da CBMM - AFCBMM	164	-	175
	334	5.158	467
	3.841	467	4.021
Resultado			
	2025	2024	
Vendas	118.579	2.691	111.088
Compras	(2.911)	(2.386)	(2.386)
	118.579	5.602	111.088
	6.585	6.585	6.585
As vendas da Companhia são todas realizadas para a CBMM. Em 28 de abril de 1989, por meio de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi definido que o preço de venda do minério seria o custo da extração acrescido de 5% (cinco por cento), mais as despesas administrativas e tributárias. As compras estão relacionadas principalmente aos contratos de arrendamento mercantil operacional, onde a Companhia arrenda junto a CBMM equipamentos de mineração para a extração do minério. O último contrato foi firmado em 6 de junho de 2013, com prazo de 1 ano, no entanto são firmados termos aditivos para prorrogação do prazo de vencimento anualmente, o aditivo do contrato atualmente vigente tem prazo final em junho de 2026.			
Arrendamento do direito de lavra: A Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia (CBMM) e a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG) são titulares dos direitos minerários registrados sob os DNPMs 035.102/46, 800.546/73 e 800.547/73, referentes à exploração de pirocloro na localidade denominada Barreiro, situada no município de Araxá/MG. Em 28 de setembro de 1972 e 24 de julho de 1973, CODEMIG e CBMM concederam à COMIPA os arrendamentos dos direitos de lavra que detêm. Inicialmente, os contratos foram firmados com prazo de 30 anos, prorrogáveis por mais 30 anos. Atualmente, após renovação, o acordo foi estendido até 2055, com possibilidade de prorrogação por mais 15 anos, garantindo a continuidade das operações até 2070. Pelo acordo, ficou estabelecido o pagamento anual de R\$ 4 a CODEMIG e R\$ 4 a CBMM.			
Remuneração do pessoal chave da administração: O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:			
	2025	2024	
Honorários diretoria	(708)	(354)	
Honorários conselho fiscal	(36)	(28)	
	(744)	(382)	
WAGNER DE FREITAS OLIVEIRA - Diretor Presidente			
ROGERIO CONTATO GUIMARÃES - Diretor de Operações			
RODRIGO LAERT PAULISTA - Contador CRC 091287/O-MG			
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras			
As Administradores e Acionistas da Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá - COMIPA ("Companhia"), que examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá - COMIPA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas".			
Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.			
Ênfase - Partes relacionadas - Chamamos atenção para a nota explicativa nº. 21 às demonstrações financeiras, que descrevem que a Companhia mantém um elevado grau de dependência com partes relacionadas, seu único cliente e detentores dos direitos minerários. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.			
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.			
Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.			
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:			
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.			
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.			
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.			
• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.			
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.			
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.			
Ribeirão Preto, 24 de março de 2026.			
PricewaterhouseCoopers			
Auditors Independents Ltda.			
CRC 2SP027654/E-4			
Marcos Franco Botelho			
Contador CRC 1SP249995/O-8			

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/04B2-0706-2D69-87A1> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 04B2-0706-2D69-87A1



Hash do Documento

ljRUhsuf0hdusgKclP3wfZZ4MOX2rF2aRxSjnH32OR4=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 14/04/2026 é(são) :

- Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 19.207.588/0001-87 em 14/04/2026 22:28
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

Evidências

Geolocation: Latitude: -19.9165222 Longitude: -43.9573771 Accuracy: 3672.796724044596

IP: 172.16.4.3

AC: AC SAFEWEB RFB v5

